TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA ALTERNATIVA PARA A COMUNIDADE DO PARATI

Fernando dos Santos Alves

Luiz Ernesto Brambatti

RESUMO: A quantidade limitada de estudos sobre a Estrada do Cambará, no Paraná, que ligava as cidades de Paranaguá à Guaratuba, a partir do inicio do século XX, uma parte convertida na PR 508, Alexandra - Matinhos, foi a motivação desta pesquisa histórica e a possibilidade de transformação desta estrada em um novo corredor turístico para o Salto Parati, como atrativo principal da Estrada do Cambará. Propõe-se com isso, uma alternativa para o ecodesenvolvimento local, fomentando a geração de renda e o empoderamento da comunidade do Salto Parati. Esta investigação resultou na elaboração de uma sinopse cronológica, detalhando os acontecimentos mais marcantes da estrada, desde os primeiros piques até suas concepções como estrada, posteriormente seu abandono e o recente projeto de reabertura para o turismo.

Palavras-chave: Estrada Antiga; Cronologia; Estrada do Cambará; Turismo.

ABSTRACT: A quantidade limitada de estudos sobre a Estrada do Cambará, no Paraná, que ligava as cidades de Paranaguá à Guaratuba, a partir do inicio do século XX, uma parte convertida na PR 508, Alexandra - Matinhos, foi a motivação desta pesquisa histórica e a possibilidade de transformação desta estrada em um novo corredor turístico para o Salto Parati, como atrativo principal da Estrada do Cambará. Propõe-se com isso, uma alternativa para o ecodesenvolvimento local, fomentando a geração de renda e o empoderamento da comunidade do Salto Parati. Esta investigação resultou na elaboração de uma sinopse cronológica, detalhando os acontecimentos mais marcantes da estrada, desde os primeiros piques até suas concepções como estrada, posteriormente seu abandono e o recente projeto de reabertura para o turismo.

Keywords: Old Road; Chronology; Road Cambar; Tourism.

INTRODUÇÃO

A roteirização de estradas históricas em estradas turísticas tem ocupado o planejamento do turismo, a partir de experiências nacionais e internacionais, como a

Estrada Real, que perpassa por três estados brasileiros, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; a Via Claudia Augusta, na Europa; a Rota 66, nos Estados Unidos; e o Caminho de Santiago de Compostela, na Espanha.

Atualmente, o Projeto de Extensão "Roteirização Turística de Estradas Históricas", da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, está desenvolvendo a roteirização turística das Estradas Rio Branco, no Rio Grande do Sul, do Arraial e da Graciosa, em Morretes no Paraná, e do Cambará (Alboit), em Guaratuba, também, no Paraná. Constata-se o grande potencial que estas estradas históricas possuem para serem transformadas em roteiros turísticos. Segundo Brambatti e Sanocki (2002), o trabalho de roteirização inicia pelo conhecimento e pesquisa histórica para o embasamento das ações posteriores, tais como a sensibilização da comunidade, folheteria e marketing do lugar.

Este artigo apresenta a pesquisa histórica, referente à estrada do Cambará, e correlaciona o Turismo de Base Comunitária como uma alternativa para o desenvolvimento e a complementação de renda para a comunidade.

As fontes documentais foram obtidas principalmente na Biblioteca da UFPR Litoral, em Matinhos, e em pesquisas realizadas nos *sites* das administrações locais, sejam os municípios do entorno ou dos órgãos ambientais responsáveis.

REVISÃO DE LEITURA

Em entrevista ao site Coxim Agora (2011, p.1), o turismólogo Ariel Albrecht define Turismo de Base Comunitária como: "iniciativas e atividades protagonizadas pelas comunidades locais que, se ordenadas e bem estruturadas, representam importantes experiências turísticas, agregando valor aos roteiros e gerando emprego e renda".

O diferencial deste modelo de turismo é a dimensão humana e cultural, que tem como objetivo a troca de experiências entre o turista e a comunidade receptora, fazendo com que ambos se envolvam e isso proporcione o conhecimento de aspectos socioculturais do espaço visitado. Outro ponto importante, segundo o site Instituto EcoBrasil (s. d.), é que o turismo de base comunitária "(...) deve contribuir

para uma melhor conservação e desenvolvimento da localidade, trazendo benefícios econômicos, sociais e culturais para todos os membros da comunidade".

O turismo nesta perspectiva vem ajudando as comunidades locais (comunidades receptoras), de forma geral, a adquirir mais conhecimentos sobre seus potenciais e bens patrimoniais, sociais, culturais e naturais, que podem ser utilizados de uma forma inovadora na gestão de seus territórios, explorando essas concepções de maneira consciente.

Esta concepção de turismo adota o termo "comunidade", o qual envolve princípios, valores e nomes que regram e organizam um determinado grupo de pessoas, e tem o propósito de assegurar o bem-estar comum e preservar a identidade local.

Segundo Maldonado (2009), o patrimônio de uma comunidade é formado por diferentes valores, crenças, conhecimentos, táticas, instrumentos, artefatos, lugares, representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis de um povo que, através deste conjunto, expressam seus modos de vida e sua cultura. Neste sentido, o turismo de base comunitária diferencia-se entre as comunidades, promovendo uma riqueza de conhecimento e experiências para quem os usufrui. Algumas comunidades, em especial, as pequenas, ainda preservam manifestações intangíveis de seu povo, bem como os seus patrimônios arquitetônicos locais. Estes lugares geralmente não tem uma economia representativa para municípios ao qual pertencem, já que o desenvolvimento econômico, na maioria das vezes, acaba promovendo um sucateamento das características culturais.

O Turismo de Base Comunitária busca ser uma alternativa junto à comunidade, para manter nas localidades características tradicionais e que ofereçam experiências que os turistas não vão obter em outros locais, devido aos fatores históricos e temporais. Esse modelo de turismo trabalha com o desenvolvimento da comunidade através de um planejamento construído juntamente com os membros que nela vivem, buscando melhorias para todos, com uma administração cooperada e consciente.

Visto isso, acredita-se que, pelas características sociais e naturais que a Comunidade do Parati possui se possa promover uma valorização econômica, social e natural da localidade, através do Turismo de Base Comunitária.

METODOLOGIA

A elaboração deste artigo teve como base a investigação, análise e interpretação de fontes secundárias, referentes ao desenvolvimento da estrada do Cambará, no litoral do estado do Paraná, e, depois, propondo o Turismo de Base Comunitária como uma alternativa para a localidade. As fontes foram obtidas no acervo da Biblioteca da UFPR Litoral, em Matinhos, além destes, foram feitas também, pesquisas em sites.

De acordo com Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 60): “A pesquisa bibliográfica busca explicar um problema a partir de referências teóricas (...)” e ainda “(...) busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema”.

CRONOLOGIA DA ESTRADA DO CAMBARÁ (ALBOIT)

A Estrada do Cambará, como é popularmente conhecida, é a estrada que ligava Paranaguá com Guaratuba, através do Porto Parati, em 1917.

Com as várias ocupações de imigrantes nas colônias entre Paranaguá e a Serra da Prata, no final do século XIX, foi feita a autorização para a abertura de uma picada que levava até o porto fluvial de Parati e Barreiros, com destino para Guaratuba (Bigarella, 2009).

Segundo Bigarella (2009, pág. 144), por ser o único caminho terrestre para Guaratuba, em 1916, Afonso Camargo, o então governador do Estado do Paraná, autoriza que sejam feitas melhorias na estrada para que ela se tornasse carroçável, na época este caminho era conhecido como Estrada do Morro Ai-Jesus, em virtude das dificuldades encontradas em seu trajeto, esta estrada servia, principalmente, para atender às demandas das colônias Maria Luiza e Colônia Pereira, que se encontravam próximas da Serra da Prata.

Posteriormente, em agosto de 1917, foi feito um prolongamento desta estrada até o Porto Parati e Porto Barreiro, na Baía de Guaratuba, onde se poderia prosseguir à outra cidade fazendo uso de canoas. Depois destas mudanças no trajeto, o caminho passa a se denominar Estrada do Alboit, em homenagem ao seu construtor (Bigarella, 2009).

Visto as dificuldades existentes nas condições da estrada, tornando difícil o acesso pelo Morro do Ai-Jesus, foi montado um serviço de diligências, que realizava as viagens de cinco em cinco dias, para transporte de passageiros, carga e mala postal, retornando à Paranaguá sempre no dia seguinte (Bigarella, 2009).

Em 1981, surgem solicitações curiosas, a primeira de Augusto Pereira Nunes, que planejava a construção de uma ferrovia que ligasse Paranaguá à foz de Parati, e outra de Joaquim Candido da Rocha, que propunha um bonde que sairia da Praça Pires Pardinho, que na época se denominava Campo Grande, em Paranaguá, à Cabaraquara, em Guaratuba (Schimidlin, 2012).

Em um mapa, do governo Caetano Munhoz da Rocha, editado em 1922, aparece um ramal da Estrada do Alboit, que iria da Colônia Cambará à Matinhos, este veio a contribuir e acelerar a ocupação, facilitando assim a ligação com Guaratuba, motivo pelo qual, em 1924, se constrói a ponte sobre o Rio Matinhos e se abre a Estrada Caiobá/Prainhas, até o Porto de Passagem (Schimidlin, 2012).

FIGURA 1 - Mapa Estrada do Alboit (Ramal)

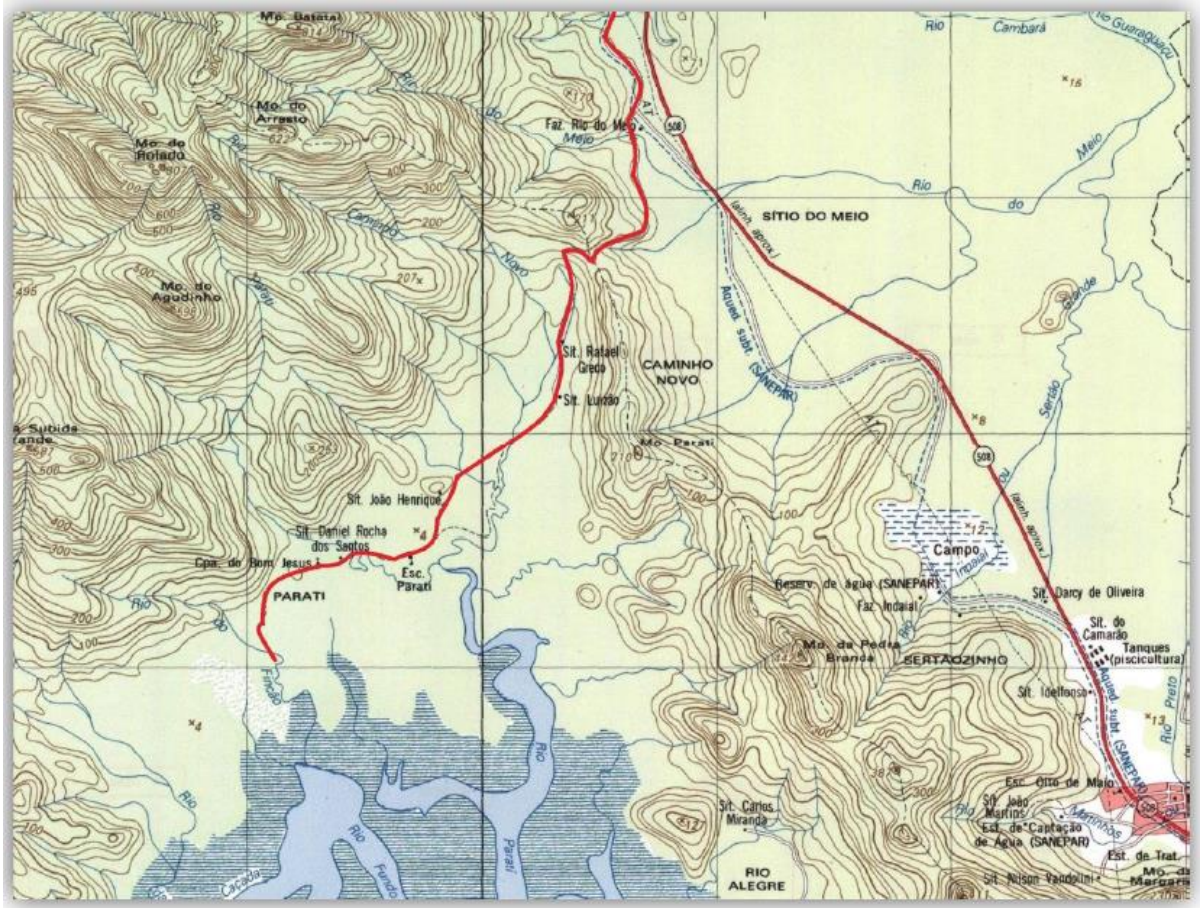
Fonte: João José Bigarella

Em 1927, ainda neste governo, foi inaugurada a Estrada do Mar, ligando Paranaguá com Praia de Leste, o que acabou gerando o abandono da Estrada do Alboit. Este novo caminho, foi responsável pela solidificação de Matinhos, e o aparecimento das primeiras casas de banhistas (Schimidlin, 2012).

Posteriormente, não constam documentadas informações sobre esta Estrada, a única referência encontrada, data de 1999, onde segundo a Ação Judicial, Processo Número 383/1999, de 05/10/1999, houve tentativa por parte do Município de Matinhos e Luiz Carlos Vanalli, então secretário de obras do município, de recuperar a estrada que liga Cambará a Parati, porém foram denunciados pelo Movimento Ecológico de Incentivo a Limpeza e Higiene Ambiental – Projeto Ilha, que os acusaram de praticar infração ambiental em local considerado de proteção permanente sem autorização aos órgãos responsáveis, a localidade pertence à APA (Área de Proteção Ambiental) de Guaratuba. Segundo consta, em agosto do mesmo ano, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) já havia expedido auto de infração ambiental, que previa paralisação de todos os trabalhos que fossem referentes à estrada (Juízo de Direito da Comarca de Guaratuba, 2007).

Sendo assim, nenhum outro movimento foi feito em prol disso, visto que é preciso a autorização dos órgãos ambientais responsáveis pela área, para ser feita qualquer alteração, reparação ou desenvolvimento no traçado.

FIGURA 2 - Estrada do Cambará – Ligação entre a Comunidade de Cambará e Parati



Fonte: ICMBio Matinhos

CARACTERIZAÇÃO

O principal acesso para se chegar à comunidade do Parati se dá pela estrada do Cambará, com entrada através de um ponto próximo ao km 23, na Estrada Alexandra – Matinhos (PR 508). Deste local em diante, em função de uma decisão judicial de 1998, que impede a conservação da estrada por maquinas, a única forma de acesso rodoviário é com veículos 4x4 ou fazendo uma caminhada, de cerca de seis quilômetros, que apresenta um nível médio de dificuldade e chega a atingir a altitude de 100 metros sobre o nível do mar (Mendes, 2013).

Outras alternativas, para chegar à comunidade, pode ser o uso de bicicleta ou de barco, a partir da Comunidade do Cabaraquara, em Guaratuba, percorrendo

pela baía um trecho de 40 minutos. Ambos os trajetos se encontram dentro da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba (Mendes, 2013).

A comunidade é formada por pessoas de cultura caiçara, que vivem da pesca artesanal ou pequenas culturas de subsistência, que não estão preparadas para a recepção dos turistas, mas tem uma visão do turismo como forma de complementação da renda familiar e desenvolvimento local.

Por ser uma comunidade isolada ainda sofre a luta pelas questões sociais, melhores acessos para saúde e educação, e o não esquecimento, por parte da administração pública, de sua existência, entre outros aspectos; pois não contam com unidade de saúde ou pronto atendimento e escolas próximas à região onde se encontra, e isso se deve ao fato do acesso ao Parati ser precário, e na maioria das vezes se fazer apenas pela baía de Guaratuba.

Como infra-estrutura turística, a comunidade dispõe de um restaurante, que serve refeições caseiras, e uma pousada que oferta dois quartos, porém estes em situação precária.

Da comunidade ao Salto, que é parte do curso do Rio Parati, se percorre uma distância de cerca de 1.300 metros, até chegar à cachoeira e as piscinas naturais que se formam. Além destes, outros aspectos relevantes, que podem ser observados, são a fauna e a flora, em abundância na localidade, e a beleza cênica formada pelas quedas.

FIGURA 3 - Salto Parati

Fonte: Leonardo Milano

AS POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE PARATI

A comunidade do Parati traz consigo um grande potencial para o desenvolvimento e inserção do Turismo de Base Comunitária, visto que a localidade, e seus membros, mantém suas características e modos de vida apesar do tempo.

Entre as principais características levantadas como atributos deste tipo de turismo, no quesito ambiental, pode-se destacar na localidade a riqueza natural da mata atlântica, os rios que cortam a estrada e o Parati, que desemboca no Salto, e, também, a baía de Guaratuba, que vem servindo como acesso aos moradores, sendo, obviamente, alavancadas pelo Salto Parati, em si, além destes, no quesito social, como citado, as tradições e as vivências familiares conservadas podem servir como atrativo, gerando o Turismo de Experiências.

Há, segundo os membros da comunidade, o interesse em aplicar esse segmento do turismo, através da associação de moradores, de modo a incentivar a cultura e o uso dos potenciais naturais, a fim do desenvolvimento não só no âmbito econômico, mas de qualidade de vida, para o acesso à saúde e educação. Porém deve-se ficar atento para que as propostas possam surgir ou ser construídas junto à comunidade e não apenas por parte do poder público, como um modo de inserção sem a aceitação dos moradores da localidade.

Visto todos estes aspectos, fica evidente a importância na melhoria da estrada, tanto para o desenvolvimento do turismo, fazendo uso do potencial histórico da estrada, dos atrativos naturais, entre eles o Salto Parati, e tradições locais, como a cultura caiçara. A recuperação da estrada do Cambará é fundamental tanto para o desenvolvimento do turismo como para o desenvolvimento da própria comunidade.

Pelo observado na localidade, e pela revisão bibliográfica, há potencial para desenvolver o Turismo de Base Comunitária, mas é preciso um melhor planejamento que consiga atender às expectativas da comunidade, principalmente no que se refere às melhorias e benefícios para a qualidade de vida, e do visitante, na infra-estrutura receptiva e turística.

REFERÊNCIAS

BIGARELA, J. J. **Matinho: Homem e Terra Reminiscências.** Fundação Cultural de Curitiba. 3ª Edição Ampliada. Curitiba, 2009.

BRAMBATTI, L. E.; SANOCKI, M. **Terceira Légua e a Estrada do Imigrante**. EST Edições, Caxias do Sul, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica.** São Paulo, 2007. Editora Afiliada.

COXIM AGORA. **Rota das Monções Promove Turismo de Base Comunitária e Consumo.** 2011. Disponível em: <http://www.coximagora.com.br/principal/geral-principal/rota-das-moncoes-promove-turismo-de-base-comunitaria-e-consumo>. Acesso em: 19 out. 2012.

INSTITUTO ECOBRASIL. **Turismo Comunitário TBC.** Disponível em: <http://www.ecobrasil.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=352&sid=6> . Acesso em: 19 out. 2012.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE GUARATUBA. **Autos Nº 383/99 – Ação Civil Pública.** Guaratuba, 2007 – Material Impresso.

MALDONADO, C. **O Turismo Rural Comunitário na América Latina.** Rio de Janeiro, 2009.

MENDES, J. L. **Nosso Litoral do Paraná**. 2013. Disponível em: <http://www.nossolitoraldoparana.com/atrativo/lista/2/4>. Acesso em: 29 abr. 2014.

SCHIMIDLIN, H. P. **Um Pouco de História do Litoral e da Serra da Prata (PR).** 2012. Disponível em: <http://altamontanha.com/Artigo/3466/um-pouco-de-historia-do-litoral-e-da-serra-da-prata-pr> Acesso em: 22 abr. 2014.